

ANÁLISE DE AUTOMEDICAÇÃO EM JOVENS E SEUS EFEITOS NA SAÚDE

ANALYSIS OF SELF-MEDICATION IN YOUNG PEOPLE AND ITS EFFECTS ON HEALTH

SIQUEIRA, Laiza¹; MELO, Luciana²; SANTOS, Stefany³;
FILHO, Ernandes⁴

RESUMO:

A automedicação é vista atualmente como uma prática comum e ocorre em grande escala no dia a dia dos jovens. O ato de utilização de medicamentos para tratar sintomas por conta própria atualmente é visto como um grave problema que pode esconder vários sintomas e impedir diagnósticos prévios. O presente estudo apresenta a análise do alto índice da prática de automedicação causada pelo uso irracional dos medicamentos em jovens e riscos e efeitos nocivos que a prática pode causar. Trata-se de uma pesquisa realizada através do levantamento, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem mista e um desenho transversal no que diz respeito ao tempo. O principal objetivo é reforçar a importância da atenção dos profissionais de saúde diante deste problema. Dentre os dados obtidos na analise foi possível constatar um alto predomínio do uso da automedicação na população jovem, sendo o gênero feminino o que mais aderiu à prática, e a classificação dos fármacos mais utilizados, sendo eles os analgésicos e relaxantes musculares, em seguida, os antialérgicos, antitérmicos e ansiolíticos. Neste cenário, destaca-se a importância da conscientização da população e da intervenção dos profissionais que devem buscar medidas para que sejam evitadas complicações futuras através da prática, visando promover o uso racional dos medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação. Jovens. Saúde.

ABSTRACT:

Self-medication is currently seen as a common practice and occurs on a large scale in the daily lives of young people, the act of using medications to treat symptoms on their own is currently seen as a serious problem that can hide several symptoms and prevent previous diagnoses. The present study presents the analysis of the high rate of self-medication practice caused by the irrational use of medications in young people and the risks and harmful effects that the practice can cause. This is a research carried out through the survey, of a descriptive and exploratory nature, with a mixed approach and a cross-sectional design with regard to time. The main objective is to highlight the results obtained in the research and reinforce the importance of health professionals' attention to this problem. Among the data obtained in the analysis, it was possible to verify a high predominance of the use of self-medication in the young population, with the female gender being the most adherent to the practice, and the classification of the most used drugs, which are analgesics and muscular relaxants, followed by antiallergic and antipyretic and anxiolytic drugs. In this scenario, the importance of raising awareness among the population and the intervention of professionals is highlighted, as they should seek measures to avoid future complications through practice, with a view to promoting the rational use of medications.

Keywords: Self-medication. Young people. Health.

¹ Graduanda do Curso de Farmácia. (Farmacia.laizasiqsou@hotmail.com)

² Graduanda do Curso de Farmácia. (Farmacia.luluh.lucianaa@gmail.com)

³ Graduanda do Curso de Farmácia. (Farmacia.stefanyvitoriacs@gmail.com)

⁴ Dr. em Medicina Tropical e Saúde Pública - Imunologia e Parasitologia pela UFG (Ernandes da Silva Filho. Farmácia. ernandes.filho@facunicamps.edu.br)

1 INTRODUÇÃO

A prática da automedicação tem se tornado uma preocupação crescente entre profissionais de saúde e pesquisadores, especialmente entre os jovens, que, muitas vezes, recorrem a medicamentos sem prescrição médica para tratar sintomas comuns. Esse comportamento pode acarretar sérios riscos à saúde, como o mascaramento de doenças mais graves, reações adversas e a interação inadequada entre diferentes medicamentos. Atualmente, a prática é considerada comum e ocorre em grande escala no que se refere ao ato da utilização dos medicamentos sem indicações médicas. Isso leva a um grave problema que pode mascarar sintomas e impedir diagnósticos (LEAL; MIRANDA; SANTOS, 2024).

Sabendo-se que os riscos da automedicação para o indivíduo são o atraso no diagnóstico ou o diagnóstico incorreto, devido ao desaparecimento e à amenização dos sintomas, o que pode possibilitar o agravamento do distúrbio, a análise dos mecanismos por trás da automedicação é extremamente importante. O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox\Fiocruz) registrou no Brasil, em 2017, cerca de 20 mil casos de intoxicação por uso de medicamentos e 50 mortes, sendo uma letalidade de 0,25%. No mesmo ano os medicamentos foram a primeira causa de intoxicação humana por agente tóxico, equivalendo a uma taxa de 27,11% de casos registrados por intoxicação (SINITOX, 2020).

O panorama de índices de automedicação no Brasil, de acordo com os medicamentos mais utilizados, são análises importantes a serem realizadas. É uma área em que o papel do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos é requisitado para a melhora na qualidade de vida dos pacientes. Conforme publicado por Leal, Miranda e Santos (2024), Alguns fatores que podem contribuir com a automedicação são: insônia, desconfiança de eficácia das prescrições, aceleração de melhora dos sintomas, reutilização de prescrições anteriores que não indicam uso contínuo, entre outros.

Entre os medicamentos mais usados, destacam-se os analgésicos como a classe mais citada, seguidos pelos anti-inflamatórios e antiácidos. Assim, é relevante considerar que, dependendo da quantidade e da frequência de uso, o consumo prolongado de analgésicos e anti-inflamatórios pode levar a sérias consequências, como hepatite medicamentosa, persistência de dores, problemas renais, úlceras e gastrites. Além disso, quanto maior a quantidade de medicamentos administrados, maiores são os riscos de efeitos adversos e reações alérgicas, além de um aumento potencial na

mortalidade (CASTRO *et al.*, 2022).

A prática da automedicação é incentivada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma prática benéfica à sociedade e ao indivíduo, sendo considerada um complemento aos sistemas de saúde que habitualmente se faz uso, o que proporciona uma maior disponibilidade dos serviços e colabora para uma economia de tempo e dinheiro. No entanto, quando exercida de forma inadequada, pode gerar inúmeros efeitos indesejados e ocasionar graves consequências. Isso pode ser explicado pela facilidade de obtenção desses medicamentos sem a necessidade de receita médica. Vale ressaltar uma maior atenção na utilização dos Medicamentos Isentos de Prescrição - (MIPS) (FILLER *et al.*, 2020).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a prática da automedicação e reforçar a importância da atenção dos profissionais de saúde diante deste problema. Compreendendo os riscos e complicações mais comuns associados a essa ação; descrever os fármacos mais utilizados quando se trata da automedicação e a importância do farmacêutico no uso racional de medicamentos e na atenção farmacêutica. O propósito desse estudo consistiu em analisar o índice da prática da automedicação em jovens e seus efeitos na saúde.

2 REFENCIAL TEÓRICO

A automedicação é um fenômeno global e representa uma preocupação crescente entre profissionais de saúde e órgãos de saúde pública. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional de medicamentos ocorre quando pacientes recebem tratamentos apropriados às suas condições clínicas em doses adequadas e pelo tempo necessário (ARAUJO, 2021).

No entanto, a automedicação tem se mostrado cada vez mais comum. Segundo Barros (1995), no Brasil, pelo menos 35% dos medicamentos são adquiridos por automedicação. Entre os fatores que contribuem para a automedicação destaca-se a variedade de produtos fabricados pela indústria farmacêutica, a facilidade de comercialização de remédios e a grande variedade de informações médicas disponíveis, sobretudo em sites, blogs e redes sociais.

A influência das campanhas de marketing de indústrias farmacêuticas visando à

oportunidade de aumentar seus lucros também desempenha um papel significativo no consumo de medicamentos, e pode acabar estimulando a automedicação. Isso pode acontecer quando fármacos sem necessidade de prescrição são promovidos focando nas vantagens dos medicamentos, que favorecem as vendas, e muitas vezes omitem informações sobre contraindicações e efeitos adversos (NASCIMENTO, 2015).

De acordo com Silva, 2021, o uso de medicamentos sem nenhuma prescrição realizada por um profissional capacitado nem no início com a prescrição e nem ao decorrer do tratamento, sendo uma prática muito comum na sociedade e que pode vir a causar vários fatores adversos à saúde, tais como o mascaramento no diagnóstico de doença, intoxicação, reações alérgicas, dependências, entre outros.

A escolha por esses medicamentos geralmente é motivada por indicações de pessoas sem conhecimento especializado, pelo uso de receitas antigas e pela dificuldade em acessar serviços de saúde. No Brasil, dados do Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (Sinitox/Fiocruz) revelaram que os medicamentos são a principal causa de intoxicação humana, com destaque para casos em crianças e jovens, que muitas vezes subestimam os efeitos de substâncias e os perigos do uso inadequado (VINICIUS, 2009).

Apesar de se tratar de um método comum de terapia na sociedade, o consumo inadequado dos medicamentos está relacionado com problemas à saúde populacional. Ter acesso livre aos medicamentos não significa boas condições de saúde, maus hábitos relacionados ao uso podem causar falta de segurança aos pacientes e tratamentos ineficazes. Dentre os vários fatores e causas de efeitos adversos destacam-se a idade, comorbidades, erro de doses, estado nutricional do paciente, maus hábitos, entre outros. Neste sentido, a falta de informação e orientação correta sobre o tratamento é considerada um fator primordial para a ocorrência de efeitos adversos (SILVA, 2021).

3 METODOLOGIA

O propósito desse estudo consistiu em analisar o índice da prática da automedicação em jovens e seus efeitos na saúde. Trata-se de uma pesquisa por levantamento, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem mista e um desenho transversal no que diz respeito ao tempo.

O público alvo do estudo foram os jovens, com idades entre 15 e 29 anos. O

levantamento foi realizado no segundo semestre de 2024, de maneira *online*, por meio da disponibilização de um link do Google Formulários, sendo divulgado nos grupos da faculdade, bem como entre familiares e amigos próximos às pessoas que integram o grupo. Por meio da aplicação do questionário, foi possível obter uma amostra de 158 participantes.

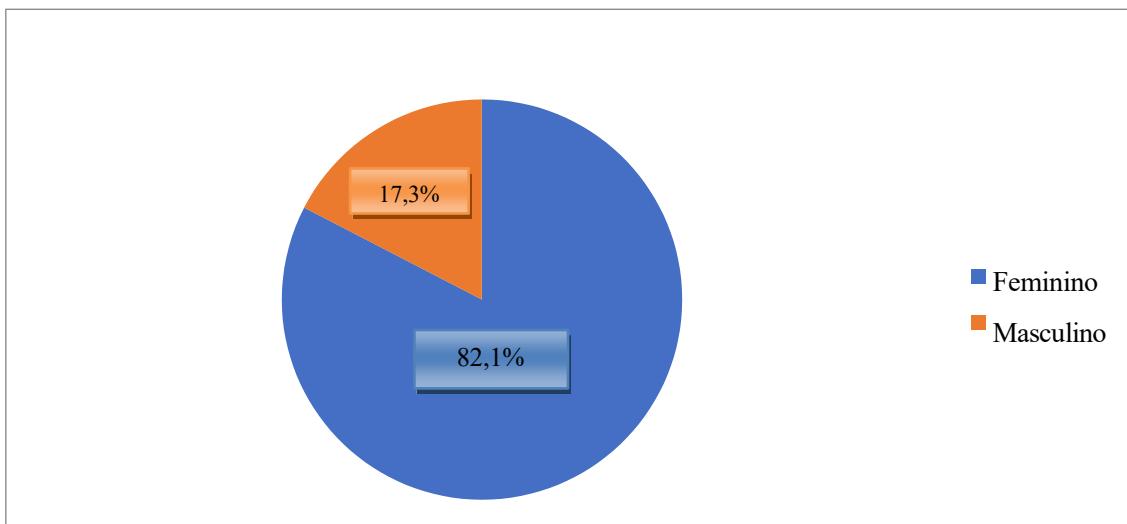
Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário previamente estruturado, no qual os participantes informaram idade, sexo, frequência de automedicação, presença de efeitos adversos decorrentes da prática, motivos e causas que levaram à automedicação, de onde partiram as orientações, noção das possibilidades a longo prazo que existem envolvendo a prática, frequência de leitura da bula antes do consumo e quais medicamentos são mais utilizados sem prescrição médica. Para a pergunta sobre a frequência de automedicação, havia três opções de resposta: "diariamente", "semanalmente" e "mensalmente". Essa categorização permitiu estimar a frequência de automedicação.

O questionário apresentava categorias de motivos para se automedicar para serem escolhidas pelos participantes. As categorias pré-existentes no formulário foram as seguintes: "não gosta de ir ao médico"; "conselhos de amigos e familiares"; "acredita ter conhecimentos suficientes". Também continha categorias sobre as causas que mais levaram à automedicação: "dor de cabeça"; "cólica"; "dor de garganta"; "gripe ou resfriado"; "diarreia/dor de barriga"; "alergia"; "febre"; "enjoo ou vômito"; "dor muscular" e "ansiedade".

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Na amostra estudada obteve 156 respostas, sendo a maior parte dos 129 indivíduos era do gênero feminino (82,1%). O público masculino correspondeu a 28 respostas, certa de 17,3% dos resultados (Gráfico 1).

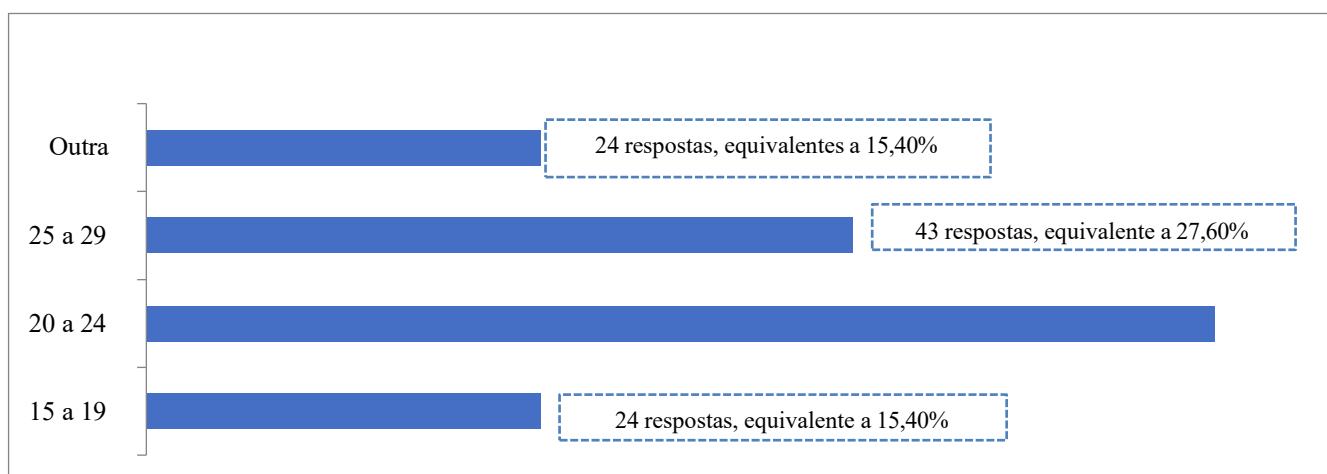
Gráfico 1 – Gêneros.



Fonte: Os próprios autores

A faixa etária predominante estava compreendida entre 20 e 24 anos de idade, equivalente a 65 respostas 41,7% do total da amostra (Gráfico 2).

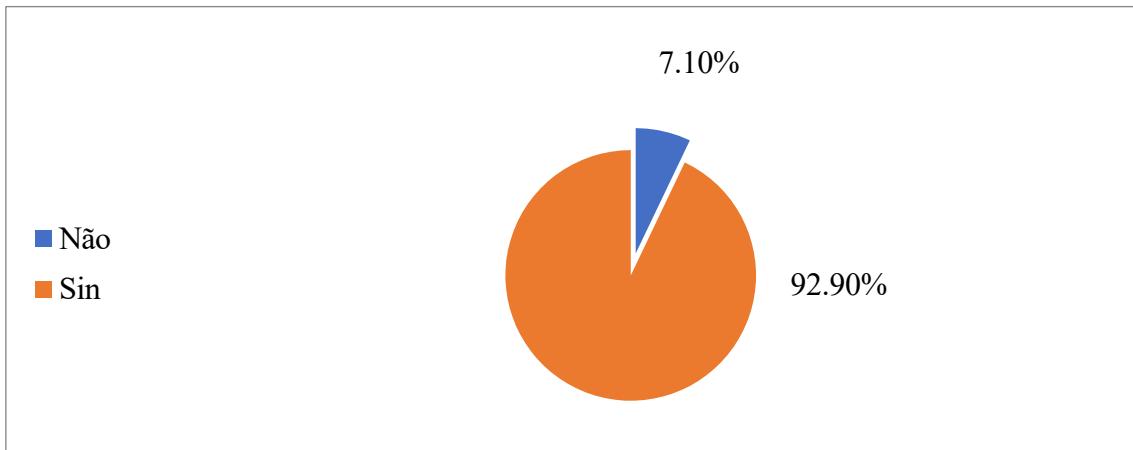
Gráfico 02 – Faixa etária.



Fonte: Os próprios autores.

Quando indagados sobre a prática de automedicação, 92,9% (151 respostas) dos entrevistados responderam que já fizeram uso de medicamentos sem a prescrição médica, apenas 7,10 % (11 respostas) foram negativas (Gráfico 3).

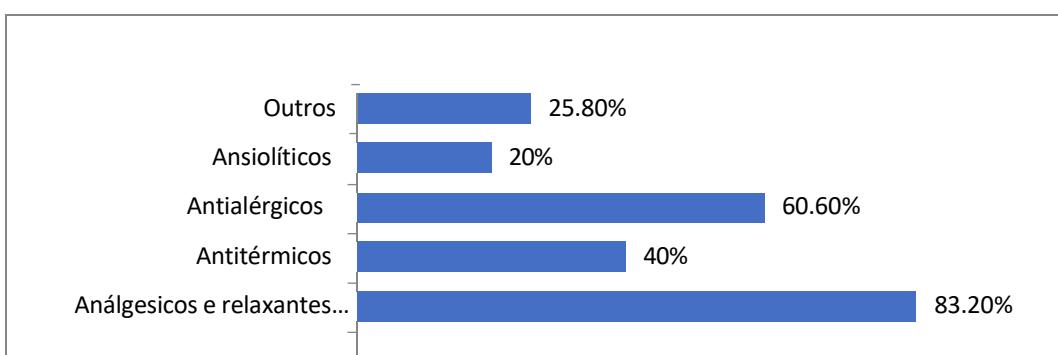
Gráfico 3 – Índice de usos de medicamentos sem prescrição.



Fonte: Os próprios autores.

Ao questionar os 156 entrevistados quais as classes de medicamentos são mais utilizadas sem a prescrição de um profissional qualificado, os analgésicos e relaxantes musculares corresponderam a 83,2% (129 das respostas obtidas), os antialérgicos ocupam 60,6%, (94 das respostas) e os antitérmicos 40% (62 respostas). Outras classes e os ansiolíticos correspondem a 45,8% (71 das respostas). (gráfico 4). Dentre as classes de medicamentos analisadas, os analgésicos e relaxantes musculares possuem o maior índice de uso indiscriminado, por serem usados no alívio da dor e com facilidade de aquisição, já que grande parte dos medicamentos dessas classes é vendida sem a retenção de receita médica.

Gráfico 04 – Medicamentos mais usados na automedicação.



Fonte: Os próprios autores.

Um outro estudo feito por Xavier *et al.*, (2021) mostra também que na prática da automedicação predomina analgésicos e anti-inflamatórios, e o sexo feminino, com convênio médico, conscientes dos riscos de automedicação. Dos 320 participantes, 309 admitiram praticar automedicação (96,56%), desses, 110 (34,37%) tinham consciência da necessidade de receituário médico, mas não o fizeram.

É válido destacar que a quantidade destes fármacos utilizada de forma inadequada pode causar consequências do uso a médio/longo prazo, tais como hepatites medicamentosas, perpetuação de dores, nefropatias, úlceras e gastrites. Tal fato é considerado grave, com consequências para a população diante do uso irracional. Outro ponto relevante de ser destacado é que quanto maior a quantidade de fármaco administrado, maiores são os efeitos adversos e as reações farmacológicas, podendo aumentar o potencial de mortalidade (CASTRO *et al.*, 2022; *apud* XAVIER *et al.*, 2021).

Segundo Castro *et al.*, (2022) o número de opioides dispensados em farmácias e drogarias aumentou 274,1% entre janeiro de 2017 e novembro de 2021. Apesar do aumento no consumo dessa classe de medicamentos no Brasil, há dados suficientes de que a situação está se desenvolvendo para um nível de epidemia de uso problemático, conforme vem sendo enfrentado por outros países. Dados estatísticos mostram que nas últimas décadas o número de óbitos por uso de opioides nos Estados Unidos triplicou; isso se deve ao aumento exponencial de prescrições médicas, desequilíbrio na regulamentação e facilidade de acesso, fazendo com que os Estados Unidos, que possuem apenas 4,6% da população mundial, sejam responsáveis pelo consumo de 80% de todo o suprimento global dessas substâncias (ORTOLAN; BARATA, 2023).

Analgésicos opioides são medicações controladas, originadas do ópio ou sintetizadas para ter a mesma atuação, modificando a percepção de dor no cérebro. São utilizados no protocolo para dor moderada e intensa. O alívio da dor é a chave principal na prática clínica. Nesse cenário, a aplicabilidade de analgésicos opioides exerce um papel sobressalente no manejo da dor crônica, devido a suas inúmeras vias de aplicabilidade. Todavia, pelo risco de potencial abuso e overdose, essa classe farmacológica deve ser utilizada seguindo diretrizes clínicas específicas. Sua indicação deve ser feita tendo em vista os riscos e benefícios envolvidos (FORD, 2019).

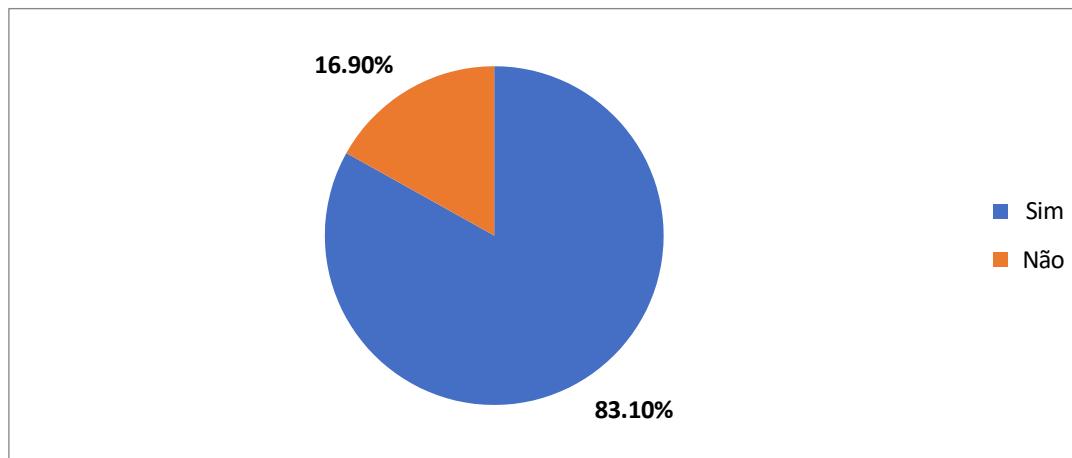
A tolerância para os efeitos colaterais, tais como a sonolência e as náuseas, parece desenvolver-se rapidamente, o que é um bom fenômeno clínico. No entanto, a tolerância ao efeito analgésico é definida como a necessidade de serem aumentadas gradualmente as doses de opioides a serem efetuadas em doentes crônicos, de modo a serem obtidos os mesmos efeitos analgésicos. Geralmente, manifestam-se por uma redução progressiva na duração da analgesia para uma certa dose (MEDEIROS, 2005).

De acordo com a OMS, entende-se que há uso racional de medicamentos quando

pacientes recebem medicamentos para suas condições clínicas em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado ao menor custo para si e para a comunidade. O uso irracional ou inadequado de medicamentos é um dos maiores problemas de saúde em nível mundial (ANVISA, 2021).

Ao serem questionados acerca das reações adversas, 83,1% (129 dos entrevistados) responderam que tinham ciência de que os medicamentos poderiam causar efeitos adversos (gráfico 5). E 15,4% (25 dos estrevistados) apresentaram algum tipo de efeito adverso por ingestão de medicamentos sem a prescrição de um profissional (gráfico 6).

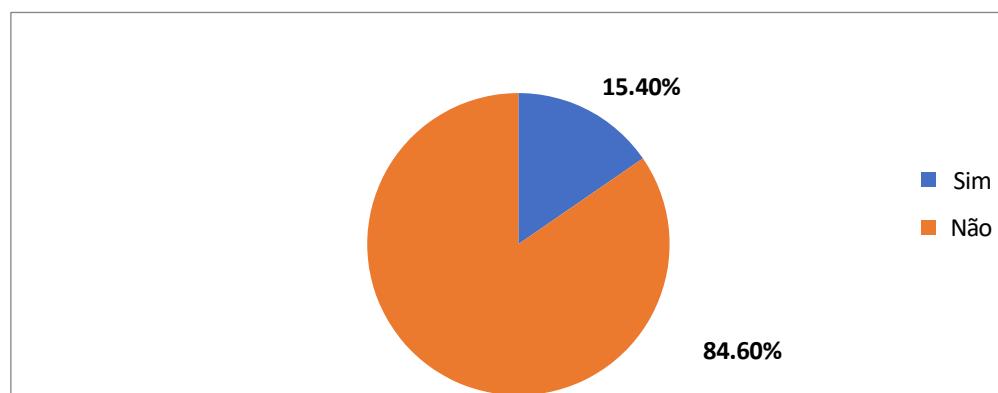
Gráfico 5 - Pessoas com ciência das reações adversas.



Fonte: Os próprios autores.

Já 15,4% (25 dos estrevistados)apresentaram algum tipo de efeito adverso por ingestão de medicamentos sem a prescrição de um profissional (gráfico 6).

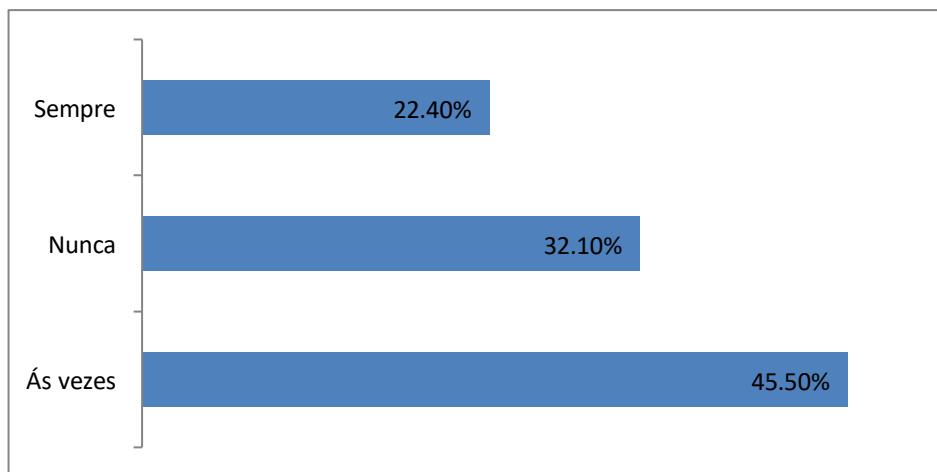
Gráfico 6 – Índice de pessoas que já tiveram reações adversas.



Fonte: Os próprios autores.

A frequência com que os pesquisados leem a bula antes de utilizar os fármacos também foi analisada, sendo 45,5% (70 dos entrevistados) responderam às vezes, 32,1% (34 dos entrevistados) responderam nunca, 22,4% (35 dos entrevistados) responderam sempre (gráfico 7).

Gráfico 7 – Índice de pessoas que buscam informações em bulas.



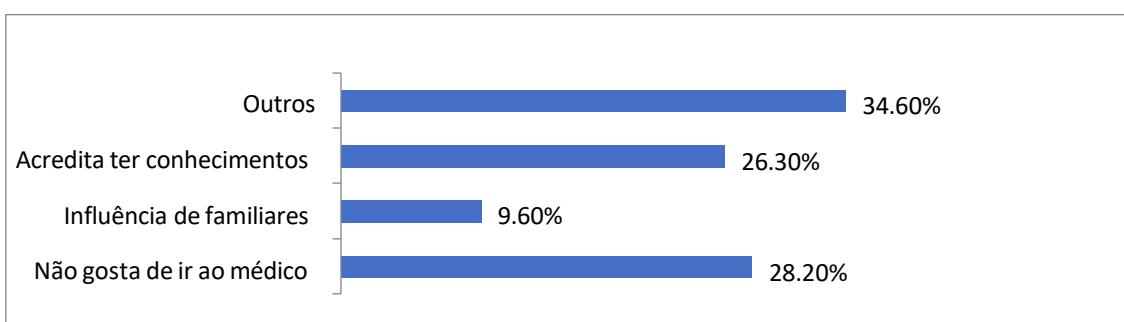
Fonte: Os próprios autores.

O aumento do acesso da população às redes de comunicação fez com que as indústrias farmacêuticas observassem a oportunidade de aumentar seus lucros mediante propagandas de fármacos isentos de prescrições. Deste modo, influenciam o consumo destes medicamentos apenas com informações coniventes, facilitando a comercialização, mas sem dispor de fatos importantes, como as reações adversas e contraindicação dos medicamentos, criando assim um estímulo à automedicação (LOPES *et al.*, 2024.)

A prática da automedicação tem se mostrado muito comum entre a população e tem como influência diferentes causas, entre elas, a variedade de produtos fabricados por indústrias farmacêuticas, e a facilidade de comércio desses medicamentos. Podemos destacar também a cultura e comodidade assimilada pela sociedade e a grande variedade de informações médicas disponíveis (XAVIER *et al.*, 2021). A substituição de orientação de profissionais qualificados por sugestões de familiares, amigos e balconistas de farmácias é algo frequente (XAVIER *et al.*, 2021).

Dos dados coletados, 45,5% (70 dos entrevistados) praticam a automedicação por conta própria, 26% (40 dos entrevistados) através de sugestão de amigos e familiares, enquanto 12,3% receberam indicação através de um balconista de farmácia, e 16,2% (26 dos entrevistados) se baseiam em prescrições anteriores (gráfico 8).

Gráfico 8 – Identificação da prática de automedicação.

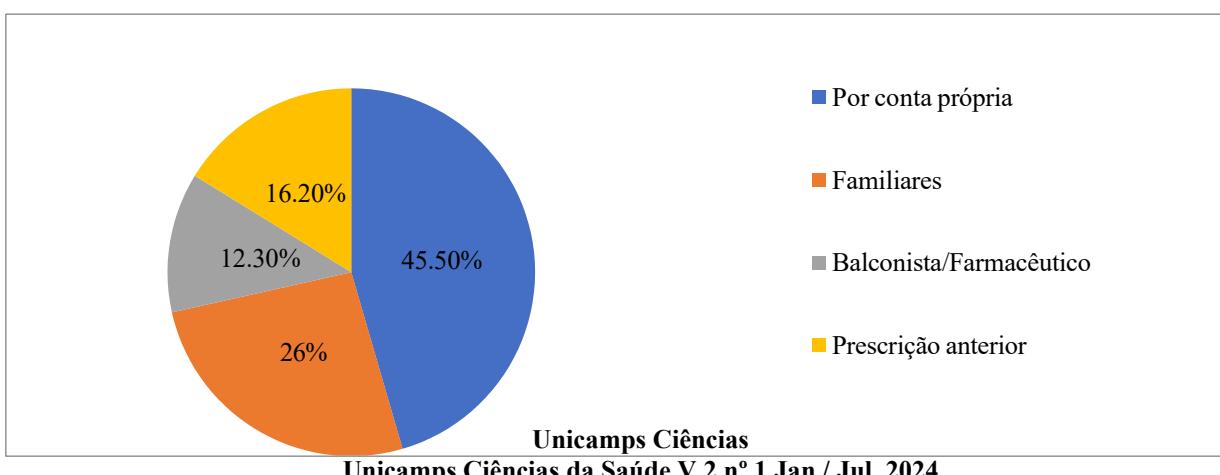


Fonte: Os próprios autores.

No Brasil, o Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (Sinitox/Fiocruz) registrou, apenas em 2017, cerca de 20 mil casos de intoxicação por uso de fármacos e 50 mortes. Nesse mesmo ano, medicamentos foram a principal causa de intoxicação humana por agente tóxico, sendo 27,11% dos casos registrados deste tipo de toxicose. Percebeu-se a predominância de casos entre crianças de 4 anos e jovens de 20 a 29 anos.

Nesse cenário, é relevante gerar estratégias para o controle dessa automedicação, através da avaliação de onde a população adquire esses medicamentos, na identificação do perfil e conhecimento sobre os riscos de se automedicar e os motivos que os levam a essa prática. Nos dados coletados, 28,2% (44 pessoas) dos 156 entrevistados relataram não gostar de ir ao médico, 26,3% (41 pessoas) indicam acreditar ter conhecimentos suficientes para se automedicar e 9,6% (14 pessoas) informaram ser por influência de familiares. Já a maior taxa (34,6%) 54 pessoas respondeu que os motivos que levam a essa prática são “outros” (gráfico 9).

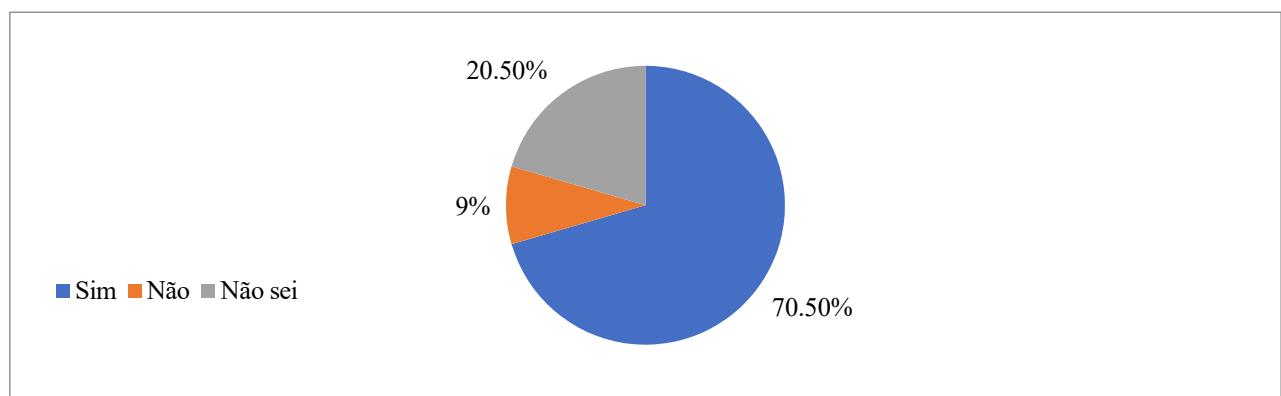
Gráfico 9 – Identificação de quem orientou o consumo. **Fonte:** Os próprios autores.



Sendo assim, percebemos o quanto é relevante que se criem estratégias para investigar quais os motivos que levam as pessoas a se expor a riscos de intoxicação medicamentosa ao invés de procurar por profissionais capacitados. Os MIPS são recomendados para tratar ou aliviar sintomas de doenças não graves, caracterizadas por uma evolução lenta ou inexistente, denominadas problemas de saúde autolimitados. Portanto, esses medicamentos são consequentemente utilizados pela população brasileira devido a diversos fatores, como acesso facilitado, custo acessível, influência social e midiática, dificuldades no acesso aos serviços de saúde, aumento na prevalência de doenças crônicas e o aumento da expectativa de vida de idosos (COUTINHO, 2022).

Acerca da pesquisa realizada, quando questionados sobre o risco da automedicação à saúde em longo prazo, 70,5% (109 pessoas) acham que esse hábito pode ser prejudicial, 9% (14 pessoas) julgam que não há problema e 20,5% (32 pessoas) não sabem se a automedicação pode trazer malefícios à saúde em longo prazo (gráfico 10).

Gráfico 10 – Noções sobre os riscos da automedicação.



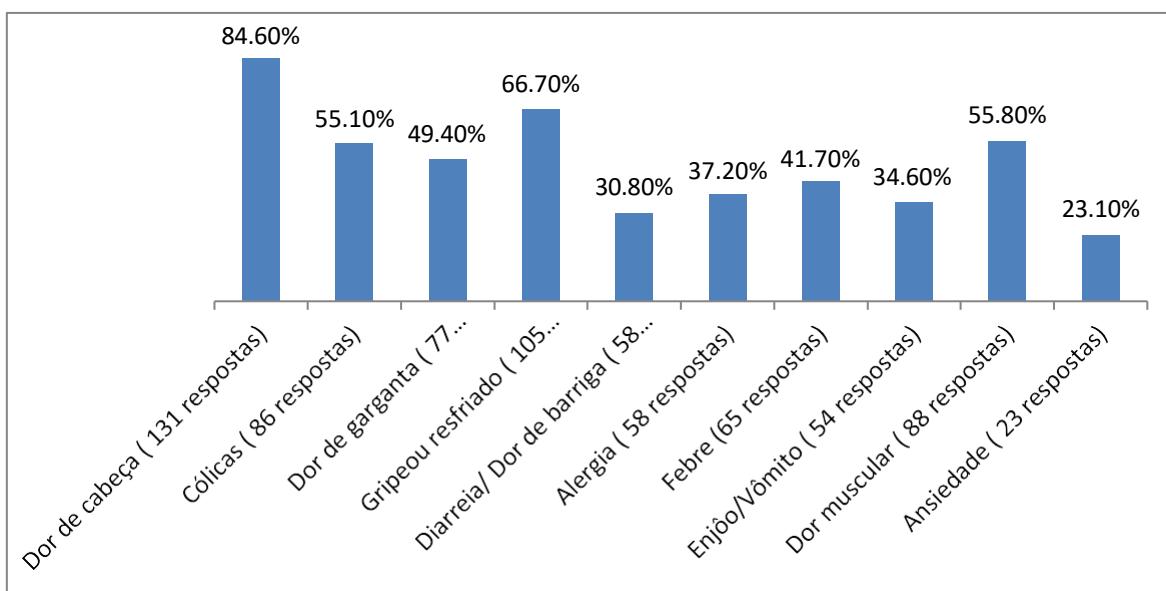
Fonte: Os próprios autores

Para Calado, Silva e Lima (2024), o uso de medicamentos como estratégia terapêutica para poder lidar com questões de saúde é visto como uma resposta rápida para sintomas como dores e desconfortos. Devido a isso, muitas vezes pessoas subestimam os efeitos das substâncias contidas, disseminando automedicação. O uso irracional de medicamentos, além de poder ser prejudicial à saúde, pode aumentar ou diminuir os efeitos do fármaco, o que compromete a eficácia do medicamento. Tudo isso pode mascarar sintomas, prejudicando a realização de um diagnóstico preciso e um

efeito terapêutico desejado ao final do tratamento.

No gráfico a seguir (gráfico 11), nota-se as causas que mais levam os entrevistados a se automedicarem.

Gráfico 11 – Causas que levam á prática da automedicação.



Fonte: Os próprios autores

Ao analisar o gráfico 11, percebe-se que a dor de cabeça, dores musculares, gripes e resfriados, cólicas, febres e dores de garganta, são citados como a causa da maioria das pessoas recorrerem à automedicação. Essas são habitualmente reações sintomáticas de enfermidades e o tratamento dos sintomas pode vir a dificultar o diagnóstico, mascarando doenças que podem estar se agravando. Outros trabalhos da literatura também já evidenciaram que estes sintomas são as principais causas que levam as pessoas a se automedicarem. Barbosa e Boechat, (2012), mostraram que os problemas citados são os mais prevalentes, em trabalho realizado na cidade de Porto Alegre-RS, constataram que entre os entrevistados, dor de cabeça e febre foi às causas mais citadas. Em Campina Grande (PB), demonstrou que o sucesso do tratamento médico instiga as pessoas a repeti-lo, e a repassá-lo para outras pessoas, sendo essa uma das motivações para automedicação (BARBOSA; BOECHAT, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo foi possível constatar um alto predomínio do uso da automedicação na população jovem, dos quais a maioria possui entre 20 e 24 anos de idade e são do sexo feminino. de acordo com a pesquisa realizada. Na análise foi possível constatar que a dor de cabeça foi o principal sintoma que leva os participantes a se automedicarem. A classe de medicamentos mais utilizada foram os analgésicos e relaxantes muscular, em seguida, os antialérgicos e antitérmicos e ansiolíticos. Uma parte dos entrevistados alega se automedicar por não gostar de ir ao médico, outros acreditam ter conhecimento suficiente para realização da prática, a grande maioria sabendo dos riscos prejudiciais.

Destaca-se a prática da automedicação utilizada para alívio de sintomas comuns, como dor de cabeça, dores musculares, gripes e resfriados, cólicas, febres e dores de garganta. Diante disto, é válido atentar-se que mesmo se tratando de um estudo feito por uma determinada população em que se enquadra os jovens de 15 a 29 anos, foi possível detectar o alto índice do uso indiscriminado de determinadas medicações sem nenhuma indicação. Tal fato estimula a realização de novos estudos no sentido de levantar maiores informações sobre a prática e também promover um alerta aos riscos causados à saúde populacional, em que o acesso livre a determinadas medicações deve ser revisto, pois é notável o agravamento à saúde.

Conclui-se que é imprescindível a atuação dos profissionais de saúde que devem trabalhar como provedores de informações, orientações, além de colaboração, com as medidas de evitar o uso irracional de medicamentos e incentivar a diminuição da prática da automedicação. Tudo isso se dará através do fortalecimento de ações educativas sobre o uso dos medicamentos, doses adequadas, tempo de tratamento e possíveis interações medicamentosas. Apesar da atenção das políticas públicas em diminuir esta prática em pacientes idosos, por se tratar de um grupo com maior vulnerabilidade, é necessário que sejam revistas e criadas novas medidas para diminuição dos riscos em outras faixas etárias que também apresentam alto índice de prevalência

.

6 REFERÊNCIAS

ANVISA. **Notificação de eventos adversos a medicamentos.** 2021. Comunicado GGMON 003/2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-alerta-para-riscos-do-uso-indiscriminado-de-medicamentos/20213103_comunicado_ggmon_003_2021.pdf. Acesso: 29 out. 2024.

ARAÚJO, Patrícia Sodré. **Política de Assistência Farmacêutica: a questão da atenção farmacêutica do SUS.** 2021. Disponível em:<
<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34130>> Acesso em: 26 out. 2024

BARBOSA, Lidiane; BOECHAT, Marcela. **Perfil da automedicação em estudantes do município de Laranjal-MG.** 2012. Acta Biomedica Brasiliensis, ISSN-e 2236-0867, Vol. 3, Nº. 1 (junho), 2012, págs. 98-109. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3970208>. Acesso: 09 nov. 2024.

BARROS, J. A. C. **Propaganda de medicamentos: atentado à saúde?** São Paulo: Oscite/Sobravime; 1995. Disponível em:
<https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15n5/2533-2538/pt>. Acesso: 02 nov. 2024.

CALADO, Guilherme de Araújo; SILVA, Marília Vital da; LIMA, Cristiane Gomes. **Riscos da automedicação e a importância da venda controlada de medicamentos.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1117–1129, 2024. DOI: 10.51891/rease. v10i6.14373. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14373>. Acesso: 31 out. 2024.

CASTRO, R. L.; ZANIN, L.; MORAES, A. L.; RAMACCIATO, J. C.; BERGAMASCHI, C. C.; FLÓRIO, F. M. **Perfil de dispensação de opioides no Brasil entre os anos de 2014 e 2018.** Research, Society and Development, v. 11, n. 3, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Normativa nº 120. **Atenção para a lista atualizada de Medicamentos Isentos de Prescrição.** 2022. Disponível em:
<https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/22/03/2022/atencao-para-a-lista-atualizada-de-medicamentos-isentos-de-prescricao>. Acesso: 30 out. 2024.

COUTINHO, Daniele. **Avaliação do conhecimento e uso racional de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) pela população.** Plos. 2022. Disponível em:
<https://dspace.uniube.br:8443/bitstream/123456789/2449/1/DANIELLE%20PELET%20COUTINHO.pdf>. Acesso: 09 nov. 2024.

FILLER, Luiz Nison; ABREU, Eliana Barbosa de; SILVA, Cláudia Borim da; SILVA, Daiane Fuga da; MONTIEL, José Maria. **Caracterização de uma amostra de jovens e adultos em relação à prática de automedicação.** Psicologia e Saúde em debate, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 415–429, 2020. DOI: 10.22289/2446-922X.V6N2A27. Disponível em:

<https://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N2A2>.
Acesso em: 14 nov. 2024.

FORD, Susan M. Analgésicos Opioides. In: FORD, Susan M. Farmacologia clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan Ltda, 2019. Cap. 15. p. 162-173. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/753031318/Farmacologia-Clinica-Susan-M-Ford>. Acesso: 09 nov. 2024.

KRAYCHETE, D. C.; SIQUEIRA, J. T. T.; GARCIA, J. B. S. Recommendations for the use of opioids in Brazil: Part II. Use in children and the elderly. Rev Dor São Paulo, 15 (1), 65-9, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/r dor/a/pSMBBGPmL4ThRHRG6ghh9ps/>. Acesso: 09 nov. 2024.

LEAL, R. P.; MIRANDA, L. R.; SANTOS, G. B. Risks of self-medication in young people with insomnia. Research, Society and Development, [S. l.], v. 13, n. 9, p. e7313946721, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i9.46721. Disponível em:
<https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/46721>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LOPES, Aline Vieira; SILVA RIBEIRO, H.; OLIVEIRA, José Otálio Gomes de; SALOMÃO, Pedro Emílio Amador. A atuação farmacêutica nos riscos e agravos à saúde rente à automedicação. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.], v. 9, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmmn. v9i1.2730. Disponível em:
<http://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2730>. Acesso: 30 out. 2024.

MEDEIROS, Luís. Opioides. Permanyer Portugal, 2005. Disponível em:
https://www.aped-dor.org/images/biblioteca_dor/pdf/Opioides.pdf. Acesso: 09 nov. 2024.

NASCIMENTO; Alvaro. Propaganda de medicamentos: como conciliar uso racional e a permanente necessidade de expandir mercados? Venâncio/Fiocruz, v. 5, n. 2, p. 189-215, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/135343/131197>. Acesso: 02 nov. 2024.

ORTOLAN, P. B.; BARATA, R. B. Dor crônica não oncológica e a crise dos opioides: revisão narrativa. Brazilian Journal of Health and Pharmacy, v. 5, n. 3, p. 10–29, 2023. Disponível em: <https://bjhp.crfmg.org.br/crfmg/article/view/192>. Acesso: 09 nov. 2024.

PERINI, G. B.; GONÇALVES, L. S. S. P.; MONTEIRO, L. B.; PROCHMANN, I. R.; MUNIZ, J. O. Relatório mundial sobre drogas 2020- Breves Considerações da coordenação do Comitê do MPPR de Enfrentamento às drogas. 2020. Paraná. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/Relatorio_Mundial_Drogas.pdf. Acesso: 09 nov. 2024.

SILVA, Lucas Patrick Alves. Riscos da automedicação: uma breve revisão bibliográfica Risks of self-medication: a brief literature review. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 12, p. 112552-112560, 2021. Acesso em: 14 nov. 2024

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS. **Evolução dos casos registrados de intoxicação humana por agente tóxico** [Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2020. Disponível em <http://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais>. Acesso: 29 out. 2024.

VINICIUS, Rafael. **Sinitox divulga novos dados de intoxicação humana**. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/sinitox-divulga-novos-dados-de-intoxica%C3%A7%C3%A3o-humana>. Acesso em: 14 nov. 2024.

XAVIER, M. S.; CASTRO, H. N.; DE SOUZA, L. G. D.; DE OLIVEIRA, Y. S. L.; TAFURI, N. F.; AMÂNCIO, N. de F. G. **Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura** / Self-medication and health risk: a literature review. *Brazilian Journal of Health Review, [S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 225–240, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n1-020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22665>. Acesso em: 31 out. 2024.